

de medicina interna, autorizada licença sem vencimento de longa duração, ao abrigo do n.º 1 do artigo 78.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com efeitos a 22 de Dezembro de 2006. (Isento de fiscalização do Tribunal de Contas.)

22 de Dezembro de 2006. — O Vogal Executivo do Conselho de Administração, *João Nabais*.

EP — ESTRADAS DE PORTUGAL, E. P. E.

Deliberação (extracto) n.º 86/2007

Por deliberação do conselho de administração da EP — Estradas de Portugal, E. P. E., em reunião de 21 de Setembro de 2006, foi Condorcé José do Perpétuo Socorro dos Mártires, engenheiro civil de 1.ª classe do quadro da ex-JAE, na situação de licença sem vencimento de longa duração, autorizado a regressar ao serviço, ao abrigo

do artigo 82.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

29 de Dezembro de 2006. — Pelo Director, a Directora-Adjunta, *Joaquina Figueira*.

HOSPITAL DE SANTA MARIA, E. P. E.

Aviso (extracto) n.º 866/2007

Ana Maria Ribeiro Pinheiro, enfermeira graduada, cessa o regime de acumulação de funções em que se encontra neste Hospital, conforme o disposto nos artigos 31.º e 32.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e nos artigos 4.º e 12.º do Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho, com efeitos a 1 de Janeiro de 2007.

22 de Dezembro de 2006. — O Director do Serviço de Recursos Humanos, *Jorge Alves*.



PARTE H

ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA TERRA QUENTE TRANSMONTANA

Aviso (extracto) n.º 867/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho do presidente do conselho directivo de 5 de Dezembro de 2006, foi nomeado para o provimento de um lugar de técnico profissional de 1.ª classe, topógrafo, do quadro de pessoal desta Associação de Municípios, o candidato Carlos Miguel Libório Romão, aprovado no concurso interno de acesso limitado para provimento de um lugar de técnico profissional de 1.ª classe, topógrafo, a que alude o aviso aberto através de ordem de serviço de 7 de Agosto de 2006. O candidato deverá aceitar a referida nomeação no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

6 de Dezembro de 2006. — O Secretário-Geral, *Manuel António Alves Miranda*.

1000309596

Aviso (extracto) n.º 868/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho do presidente do conselho directivo de 5 de Dezembro de 2006, foi nomeada para provimento de um lugar de técnico de 1.ª classe (secretariado) do quadro de pessoal desta Associação de Municípios a candidata Isabel Cristina Nunes Teixeira, aprovada no concurso interno de acesso limitado para provimento de um lugar de técnico de 1.ª classe (secretariado) a que alude o aviso aberto através da *Ordem de Serviço*, de 7 de Agosto de 2006. A candidata deverá aceitar a referida nomeação no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

6 de Dezembro de 2006. — O Secretário-Geral, *Manuel António Alves Miranda*.

1000309597

Aviso (extracto) n.º 869/2007

Para os devidos efeitos torna-se público que, por despacho do presidente do conselho directivo de 5 de Dezembro de 2006, foram nomeados para provimento de dois lugares de técnico superior de 1.ª classe (engenharia civil) do quadro de pessoal desta Associação de Municípios os candidatos José Carlos Costa Leite de Moura e Sónia Marina dos Reis Martins, aprovados no concurso interno de acesso limitado para provimento de dois lugares de técnico superior de 1.ª classe (engenharia civil) a que alude o aviso aberto através de ordem de serviço de 7 de Agosto de 2006. Os candidatos deverão

aceitar a referida nomeação no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

6 de Dezembro de 2006. — O Secretário-Geral, *Manuel António Alves Miranda*.

1000309600

Aviso (extracto) n.º 870/2007

Para os devidos efeitos torna-se público que, por despacho do presidente do conselho directivo de 5 de Dezembro de 2006, foi nomeada para provimento de um lugar de técnico superior de 1.ª classe (engenharia electrotécnica) do quadro de pessoal desta Associação de Municípios a candidata Sónia Maria Lima Ramos Faceira, aprovada no concurso interno de acesso limitado para provimento de um lugar de técnico superior de 1.ª classe (engenharia electrotécnica) a que alude o aviso aberto através de ordem de serviço de 7 de Agosto de 2006. A candidata deverá aceitar a referida nomeação no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

6 de Dezembro de 2006. — O Secretário-Geral, *Manuel António Alves Miranda*.

1000309599

Aviso (extracto) n.º 871/2007

Para os devidos efeitos torna-se público que, por despacho do presidente do conselho directivo de 5 de Dezembro de 2006, foi nomeado para provimento de um lugar de técnico de 1.ª classe (engenharia mecânica) do quadro de pessoal desta Associação de Municípios o candidato Hélder Manuel Alves Correia, aprovado no concurso interno de acesso limitado para provimento de um lugar de técnico de 1.ª classe (engenharia mecânica) a que alude o aviso aberto através de ordem de serviço de 7 de Agosto de 2006. O candidato deverá aceitar a referida nomeação no prazo de 20 dias a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

6 de Dezembro de 2006. — O Secretário-Geral, *Manuel António Alves Miranda*.

1000309598

CÂMARA MUNICIPAL DE ALENQUER

Aviso n.º 872/2007

Torna-se público que foram renovados os contratos a termo resolutivo celebrados ao abrigo da alínea *h*) do n.º 1 do artigo 9.º da

Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, com os seguintes indivíduos:

Por despacho de 27 de Setembro de 2006:

Ana Patrícia Santos Oliveira, engenheira técnica de ordenamento e recursos naturais de 2.ª classe, índice 295, até 1 de Novembro de 2007.

Por despacho de 11 de Outubro de 2006:

Sónia Alexandra Vicente Lopes Elias, técnica superior de psicologia, área social e das organizações de 2.ª classe, índice 400, até 16 de Novembro de 2007.

Por despachos de 23 de Outubro de 2006:

José dos Santos Cristóvão Carvalho, fiel de mercados e feiras, índice 142, até 5 de Dezembro de 2007.

José Manuel do Carmo Garcia, auxiliar administrativo, índice 128, até 5 de Dezembro de 2007.

Por despacho de 31 de Outubro de 2006:

Nuno Filipe Rodrigues Valido de Jesus, Coveiro, índice 155, até 1 de Dezembro de 2007.

Por despacho de 29 de Novembro de 2006:

Élio Nuno Vicente Carvalho, técnico profissional de informática de 2.ª classe, índice 199, até 1 de Janeiro de 2008.

13 de Dezembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Álvaro Joaquim Gomes Pedro*.

1000309450

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA

Aviso n.º 873/2007

Renovação da comissão de serviço

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente da Câmara de Bragança de 12 de Setembro de 2006, foi renovada, pelo prazo de três anos, a comissão de serviço de José Manuel da Silva Marques, como chefe da Divisão de Obras, ao abrigo dos artigos 23.º e 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, aplicada à administração local pelo Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, com efeitos a 28 de Novembro de 2006.

29 de Dezembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *António Jorge Nunes*.

3000223544

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Aviso n.º 874/2007

1 — Nos termos do n.º 5 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, faz-se público que se encontra aberto a partir do dia da presente publicação no *Diário da República*, e pelo prazo de 15 dias, o período de discussão pública para aprovação do pedido de licenciamento da operação de loteamento a levar a efeito no Bairro do Padre Cruz, freguesia de Carnide, durante o qual os interessados poderão apresentar as suas reclamações, observações ou sugestões.

2 — Durante este período, os interessados poderão consultar o projecto de loteamento, bem como a informação técnica elaborada pelos serviços municipais competentes, devendo dirigir-se à Divisão de Administração, Relações Públicas e Apreciação Liminar (Gabinete de Relações Públicas) da Direcção Municipal de Gestão Urbanística, Edifício CML, Campo Grande, 25, 3.º, F.

3 — Os interessados deverão apresentar as suas reclamações, observações ou sugestões em ofício devidamente identificado, dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Lisboa, podendo utilizar para o efeito impresso próprio que pode ser obtido nos locais acima referidos.

29 de Dezembro de 2006. — A Vereadora do Urbanismo, *Gabriela Seara*.

3000223513

Aviso n.º 875/2007

1 — Nos termos do n.º 5 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, faz-se público que se encontra aberto a partir do dia da presente publicação no *Diário da República*, e pelo prazo de 15 dias, o período de discussão pública para aprovação do pedido de licenciamento da operação de loteamento a levar a efeito no Bairro da Boavista, freguesia de Benfica, durante o qual os interessados poderão apresentar as suas reclamações, observações ou sugestões.

2 — Durante este período, os interessados poderão consultar o projecto de loteamento, bem como a informação técnica elaborada pelos serviços municipais competentes, devendo dirigir-se à Divisão de Administração, Relações Públicas e Apreciação Liminar (Gabinete de Relações Públicas) da Direcção Municipal de Gestão Urbanística, Edifício CML, Campo Grande, 25, 3.º, F.

3 — Os interessados deverão apresentar as suas reclamações, observações ou sugestões em ofício devidamente identificado, dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Lisboa, podendo utilizar para o efeito impresso próprio que pode ser obtido nos locais acima referidos.

29 de Dezembro de 2006. — A Vereadora do Urbanismo, *Gabriela Seara*.

3000223514

CÂMARA MUNICIPAL DE LOULÉ

Aviso n.º 876/2007

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho do presidente desta Câmara Municipal de 16 de Novembro de 2006, foi reclassificado definitivamente na categoria de motorista de pesados do grupo de pessoal auxiliar, nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, André Miguel Sousa Guerreiro, tendo exercido essas funções em comissão de serviço extraordinária, desde 18 de Abril de 2006.

24 de Novembro de 2006. — O Vereador, *Manuel Possolo Morgado Viegas*.

1000309588

CÂMARA MUNICIPAL DE MELGAÇO

Deliberação (extracto) n.º 87/2007

A Câmara Municipal de Melgaço torna público que, de acordo com o disposto no artigo 17.º da Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, a Assembleia Municipal, na sessão de 30 de Dezembro de 2006, deliberou, sob proposta do executivo de 20 de Novembro de 2006, declarar a utilidade pública da expropriação com carácter de urgência de três parcelas de terreno a seguir referenciadas e identificadas nas plantas em anexo:

Parcela 1 — prédio rústico sito no Rio do Porto, freguesia de Vila, composto por um quintal com uma nogueira, um castanheiro, quatro macieiras, cultura e vinha em ramada, com a área total de 2740 m², confrontando a norte com o largo municipal, a sul com Manuel Caldas, a nascente com palácio da justiça, e a poente com o Rio do Porto, propriedade de Rosa de Jesus Vaz e José Joaquim Pereira, inscrito na matriz predial rústica sob o número 59.

Parcela 2 — prédio rústico sito no Rio do Porto, freguesia de Vila, com a área total de 1220 m², a confrontar a norte com Armando Ferreira da Silva, a sul com Ivone Ferreira da Silva, a nascente com o largo municipal e a poente com Rio do Porto, composto por oito laranjeiras, cultura e vinha em ramada, propriedade de Maria Helena do Rosário Pereira Caldas, inscrito na matriz predial rústica sob o número 60;

Parcela 4 — parcela de terreno com a área de 407 m² a destacar de um prédio rústico sito no Rio do Porto, freguesia de Vila, com a área de 1600 m² a confrontar a norte com o rio, a nascente com Luís Pires Cerdeira, a sul com estrada nacional e a poente com José Joaquim Pereira, propriedade de herdeiros de Abel Augusto Vaz, inscrito na matriz predial sob o número 63.

A expropriação tem por fim a construção do parque urbano no Rio do Porto — projecto de requalificação paisagística da área ribeirinha — 2.ª fase.

Aquela deliberação foi tomada ao abrigo do disposto nos artigos 1.º, 3.º, n.º 1, e 15.º da Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro (Código das Expropriações), e teve fundamentos de facto e de direito expostos